

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Questão	Respostas	Componente
1	B	Língua Portuguesa
2	D	Língua Portuguesa
3	C	Língua Portuguesa
4	B	Língua Portuguesa
5	C	Língua Portuguesa
6	D	Língua Portuguesa
7	A	Língua Portuguesa
8	E	Língua Portuguesa
9	C	Língua Portuguesa
10	B	Língua Portuguesa
11	E	Informática
12	E	Informática
13	C	Informática
14	A	Informática
15	B	Informática
16	C	Informática
17	A	Informática
18	*	Informática
19	D	Informática
20	D	Informática
21	*	Legislação
22	C	Legislação
23	C	Legislação
24	D	Legislação
25	E	Legislação
26	B	Legislação
27	B	Legislação
28	A	Legislação
29	E	Legislação
30	A	Legislação
31	E	Conhecimentos Específicos
32	D	Conhecimentos Específicos
33	C	Conhecimentos Específicos
34	D	Conhecimentos Específicos
35	B	Conhecimentos Específicos
36	A	Conhecimentos Específicos
37	E	Conhecimentos Específicos
38	B	Conhecimentos Específicos
39	E	Conhecimentos Específicos
40	A	Conhecimentos Específicos
41	B	Conhecimentos Específicos
42	A	Conhecimentos Específicos
43	D	Conhecimentos Específicos
44	D	Conhecimentos Específicos
45	B	Conhecimentos Específicos
46	A	Conhecimentos Específicos
47	C	Conhecimentos Específicos
48	D	Conhecimentos Específicos
49	C	Conhecimentos Específicos
50	E	Conhecimentos Específicos

Concurso Público 01/2019**Gabaritos Definitivos**

Cargo: 2 - Assessor de Comunicação

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Questão	Respostas	Componente
1	B	Língua Portuguesa
2	D	Língua Portuguesa
3	C	Língua Portuguesa
4	B	Língua Portuguesa
5	C	Língua Portuguesa
6	D	Língua Portuguesa
7	A	Língua Portuguesa
8	E	Língua Portuguesa
9	C	Língua Portuguesa
10	B	Língua Portuguesa
11	E	Informática
12	E	Informática
13	C	Informática
14	A	Informática
15	B	Informática
16	C	Informática
17	A	Informática
18	*	Informática
19	D	Informática
20	D	Informática
21	*	Legislação
22	C	Legislação
23	C	Legislação
24	D	Legislação
25	E	Legislação
26	B	Legislação
27	B	Legislação
28	A	Legislação
29	E	Legislação
30	A	Legislação
31	B	Conhecimentos Específicos
32	C	Conhecimentos Específicos
33	D	Conhecimentos Específicos
34	B	Conhecimentos Específicos
35	E	Conhecimentos Específicos
36	A	Conhecimentos Específicos
37	C	Conhecimentos Específicos
38	B	Conhecimentos Específicos
39	*	Conhecimentos Específicos
40	A	Conhecimentos Específicos
41	E	Conhecimentos Específicos
42	C	Conhecimentos Específicos
43	D	Conhecimentos Específicos
44	A	Conhecimentos Específicos
45	B	Conhecimentos Específicos
46	A	Conhecimentos Específicos
47	D	Conhecimentos Específicos
48	C	Conhecimentos Específicos
49	E	Conhecimentos Específicos
50	D	Conhecimentos Específicos

Concurso Público 01/2019**Gabaritos Definitivos**

Cargo: 3 - Contador

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Questão	Respostas	Componente
1	B	Língua Portuguesa
2	D	Língua Portuguesa
3	C	Língua Portuguesa
4	B	Língua Portuguesa
5	C	Língua Portuguesa
6	D	Língua Portuguesa
7	A	Língua Portuguesa
8	E	Língua Portuguesa
9	C	Língua Portuguesa
10	B	Língua Portuguesa
11	E	Informática
12	E	Informática
13	C	Informática
14	A	Informática
15	B	Informática
16	C	Informática
17	A	Informática
18	*	Informática
19	D	Informática
20	D	Informática
21	*	Legislação
22	C	Legislação
23	C	Legislação
24	D	Legislação
25	E	Legislação
26	B	Legislação
27	B	Legislação
28	A	Legislação
29	E	Legislação
30	A	Legislação
31	D	Conhecimentos Específicos
32	C	Conhecimentos Específicos
33	A	Conhecimentos Específicos
34	D	Conhecimentos Específicos
35	B	Conhecimentos Específicos
36	A	Conhecimentos Específicos
37	A	Conhecimentos Específicos
38	E	Conhecimentos Específicos
39	C	Conhecimentos Específicos
40	E	Conhecimentos Específicos
41	E	Conhecimentos Específicos
42	C	Conhecimentos Específicos
43	B	Conhecimentos Específicos
44	C	Conhecimentos Específicos
45	E	Conhecimentos Específicos
46	D	Conhecimentos Específicos
47	B	Conhecimentos Específicos
48	A	Conhecimentos Específicos
49	B	Conhecimentos Específicos
50	D	Conhecimentos Específicos

Concurso Público 01/2019**Gabaritos Definitivos**

Cargo: 4 - Psicólogo Fiscal (Sede – Porto Alegre)

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Questão	Respostas	Componente
1	B	Língua Portuguesa
2	D	Língua Portuguesa
3	C	Língua Portuguesa
4	B	Língua Portuguesa
5	C	Língua Portuguesa
6	D	Língua Portuguesa
7	A	Língua Portuguesa
8	E	Língua Portuguesa
9	C	Língua Portuguesa
10	B	Língua Portuguesa
11	E	Informática
12	E	Informática
13	C	Informática
14	A	Informática
15	B	Informática
16	C	Informática
17	A	Informática
18	*	Informática
19	D	Informática
20	D	Informática
21	*	Legislação
22	C	Legislação
23	C	Legislação
24	D	Legislação
25	E	Legislação
26	B	Legislação
27	B	Legislação
28	A	Legislação
29	E	Legislação
30	A	Legislação
31	E	Conhecimentos Específicos
32	C	Conhecimentos Específicos
33	*	Conhecimentos Específicos
34	*	Conhecimentos Específicos
35	A	Conhecimentos Específicos
36	*	Conhecimentos Específicos
37	A	Conhecimentos Específicos
38	C	Conhecimentos Específicos
39	D	Conhecimentos Específicos
40	A	Conhecimentos Específicos
41	A	Conhecimentos Específicos
42	E	Conhecimentos Específicos
43	E	Conhecimentos Específicos
44	E	Conhecimentos Específicos
45	*	Conhecimentos Específicos
46	C	Conhecimentos Específicos
47	A	Conhecimentos Específicos
48	C	Conhecimentos Específicos
49	D	Conhecimentos Específicos
50	D	Conhecimentos Específicos

**Concurso Público 01/2019
Gabaritos Definitivos**

Cargo: 8 - Relações Públicas

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Questão	Respostas	Componente
1	B	Língua Portuguesa
2	D	Língua Portuguesa
3	C	Língua Portuguesa
4	B	Língua Portuguesa
5	C	Língua Portuguesa
6	D	Língua Portuguesa
7	A	Língua Portuguesa
8	E	Língua Portuguesa
9	C	Língua Portuguesa
10	B	Língua Portuguesa
11	E	Informática
12	E	Informática
13	C	Informática
14	A	Informática
15	B	Informática
16	C	Informática
17	A	Informática
18	*	Informática
19	D	Informática
20	D	Informática
21	*	Legislação
22	C	Legislação
23	C	Legislação
24	D	Legislação
25	E	Legislação
26	B	Legislação
27	B	Legislação
28	A	Legislação
29	E	Legislação
30	A	Legislação
31	D	Conhecimentos Específicos
32	E	Conhecimentos Específicos
33	C	Conhecimentos Específicos
34	A	Conhecimentos Específicos
35	D	Conhecimentos Específicos
36	D	Conhecimentos Específicos
37	B	Conhecimentos Específicos
38	E	Conhecimentos Específicos
39	C	Conhecimentos Específicos
40	A	Conhecimentos Específicos
41	C	Conhecimentos Específicos
42	E	Conhecimentos Específicos
43	C	Conhecimentos Específicos
44	D	Conhecimentos Específicos
45	C	Conhecimentos Específicos
46	E	Conhecimentos Específicos
47	C	Conhecimentos Específicos
48	A	Conhecimentos Específicos
49	B	Conhecimentos Específicos
50	C	Conhecimentos Específicos

Concurso Público 01/2019**Gabaritos Definitivos**

Cargo: 9 - Técnico de Contabilidade

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Questão	Respostas	Componente
1	E	Língua Portuguesa
2	E	Língua Portuguesa
3	B	Língua Portuguesa
4	E	Língua Portuguesa
5	C	Língua Portuguesa
6	A	Língua Portuguesa
7	C	Língua Portuguesa
8	E	Língua Portuguesa
9	B	Língua Portuguesa
10	B	Língua Portuguesa
11	A	Informática
12	B	Informática
13	C	Informática
14	D	Informática
15	D	Informática
16	A	Informática
17	A	Informática
18	B	Informática
19	C	Informática
20	D	Informática
21	A	Legislação
22	D	Legislação
23	C	Legislação
24	D	Legislação
25	D	Legislação
26	B	Legislação
27	C	Legislação
28	B	Legislação
29	A	Legislação
30	E	Legislação
31	E	Conhecimentos Específicos
32	A	Conhecimentos Específicos
33	D	Conhecimentos Específicos
34	C	Conhecimentos Específicos
35	E	Conhecimentos Específicos
36	C	Conhecimentos Específicos
37	B	Conhecimentos Específicos
38	B	Conhecimentos Específicos
39	C	Conhecimentos Específicos
40	B	Conhecimentos Específicos
41	D	Conhecimentos Específicos
42	B	Conhecimentos Específicos
43	A	Conhecimentos Específicos
44	D	Conhecimentos Específicos
45	D	Conhecimentos Específicos
46	E	Conhecimentos Específicos
47	C	Conhecimentos Específicos
48	A	Conhecimentos Específicos
49	A	Conhecimentos Específicos
50	E	Conhecimentos Específicos

Concurso Público 01/2019**Gabaritos Definitivos**

Cargo: 10 - Assistente Administrativo (Sede – Porto Alegre)

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Questão	Respostas	Componente
1	E	Língua Portuguesa
2	E	Língua Portuguesa
3	B	Língua Portuguesa
4	E	Língua Portuguesa
5	C	Língua Portuguesa
6	A	Língua Portuguesa
7	C	Língua Portuguesa
8	E	Língua Portuguesa
9	B	Língua Portuguesa
10	B	Língua Portuguesa
11	A	Informática
12	B	Informática
13	C	Informática
14	D	Informática
15	D	Informática
16	A	Informática
17	A	Informática
18	B	Informática
19	C	Informática
20	D	Informática
21	A	Legislação
22	D	Legislação
23	C	Legislação
24	D	Legislação
25	D	Legislação
26	B	Legislação
27	C	Legislação
28	B	Legislação
29	A	Legislação
30	E	Legislação
31	E	Conhecimentos Específicos
32	A	Conhecimentos Específicos
33	E	Conhecimentos Específicos
34	C	Conhecimentos Específicos
35	A	Conhecimentos Específicos
36	E	Conhecimentos Específicos
37	D	Conhecimentos Específicos
38	C	Conhecimentos Específicos
39	B	Conhecimentos Específicos
40	C	Conhecimentos Específicos
41	A	Conhecimentos Específicos
42	B	Conhecimentos Específicos
43	A	Conhecimentos Específicos
44	B	Conhecimentos Específicos
45	E	Conhecimentos Específicos
46	D	Conhecimentos Específicos
47	A	Conhecimentos Específicos
48	D	Conhecimentos Específicos
49	D	Conhecimentos Específicos
50	C	Conhecimentos Específicos



CRPRS

Conselho Regional de Psicologia
do Rio Grande do Sul



Anos

fazendo a
diferença na
Psicologia

**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SÉTIMA REGIÃO – CRP/RS
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES

De acordo com o Edital de Abertura 01/2019, que rege este Concurso Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma *resposta*, emenda ou rasura, ainda que legível.

NÍVEL MÉDIO

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): TÉCNICO DE CONTABILIDADE, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SEDE – PORTO ALEGRE), ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SUBSEDE CENTRO-OESTE – SANTA MARIA), ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SUBSEDE SERRA – CAXIAS DO SUL), ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SUBSEDE SUL – PELOTAS)

QUESTÃO: 1 - MANTIDA alternativa 'E'. Observa-se, a partir da análise das assertivas que: Assertiva II: CORRETA. Alguns exemplos de linguagem informal (l. 04) mais uma porção de anos; (l. 12) acabar com o reinado dos dinos; (l. 07-08) sobre o bicho. Assertiva III: CORRETA Observa-se o seguinte trecho: (l. 23-27) Outro ponto digno de nota é que Scotty não é só o maior exemplar de sua espécie de que se tem notícia. “Até o momento, esse Tiranossauro em particular é o maior predador terrestre conhecido pela ciência”, afirma Pearsons. O esqueleto, cujos detalhes foram descritos em um artigo publicado no *The Anatomical Record*, será exibido ao público a partir de maio em uma nova exposição do Royal Saskatchewan Museum. Vale uma visita. Portanto, o autor afirma que “vale uma visita” ao final do parágrafo no qual constrói a argumentação sobre o tamanho do esqueleto. Sendo assim, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 2 - MANTIDA alternativa 'E'. Nas linhas 9-12, temos o seguinte trecho: “Análises dos ossos da perna de Scotty revelaram que ele pesava 8,8 toneladas. Nenhum outro dinossauro carnívoro ostentava esse porte. O gigante vivia na região central do Canadá, atual província de Saskatchewan, há 66 milhões de anos — pouco antes do famigerado asteroide bater na Terra e acabar com o reinado dos dinos.” Percebemos, portanto, referências ao peso (8,8 toneladas) e à idade (66 milhões de anos), o que valida as alternativas A e B. Nas linhas 19-22, temos o seguinte trecho: Mas de manso Scotty não tinha nada: seu esqueleto é todo cravejado por marcas de antigas batalhas. Costelas quebradas, mandíbula infectada e uma bela mordida no rabo perpetrada provavelmente por um rex rival atestam que ele teve de lutar muito para sobreviver por tanto tempo (l. 19-22). O trecho fala em batalhas e em marcas de mordida no rabo, que, obviamente, perfuraram a pele do animal. Sabe-se que a reconstrução do esqueleto e as análises dos restos dos fósseis permite, inclusive, que se reconstrua o exterior no animal. Sendo assim, trata-se de inferência possível a partir do texto, o que é um dos aspectos abordados pelo edital. Alternativa E: O batismo - observa-se o seguinte trecho: “O uísque escocês foi

a inspiração para o apelido do animal: Scotty. Depois de mais de uma década para retirar osso por osso da rocha de arenito" (l.3-4). Percebe-se, portanto, que o nome do animal não foi DESCOBERTO, foi decidido de maneira jocosa e inspirado numa marca de bebida. A alternativa está, portanto, INCORRETA. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 3 - MANTIDA alternativa 'B'.

- Pronome demonstrativo - alternativa A.
- Pronome Indefinido - alternativa B.
- Advérbio de Intensidade - alternativa C.
- Adjetivo, sinônimo de tamanho - alternativa D.
- Pronome relativo - alternativa E.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 4 - MANTIDA alternativa 'E'. A palavra "galhardear" tem como significado mostrar-se com galhardia, sobressair-se, brilhar, ostentar, sendo, portanto, sinônimo da palavra apresentada pelo enunciado. A palavra "ofuscava" tem como sinônimo ocultar, encobrir, tornar turvo, encobrir, tornar menos visível. Sendo assim, o significado original do texto perde-se na alternativa E, uma vez que a palavra, inclusive, se transportada para o trecho, faz com ele fique sem sentido no contexto em que se insere. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 5 - MANTIDA alternativa 'C'. O trecho apresentado divide-se da seguinte maneira: O bicho viveu 30 e poucos anos – Que normalmente crescia rápido – E Morria antes dos 30. Verifica-se a existência de TRÊS orações que compõem o período. Diante do exposto, portanto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 7 - MANTIDA alternativa 'C'. Considere-se o trecho: “De acordo com Persons, existem alguns espécimes mais esbeltos de Tiranossauro Rex”. O enunciado da questão solicitava o número de alterações ALÉM da sugerida pelo enunciado, ou seja, a sugestão não deveria ser contabilizada. As alterações são: Existe - algum - esbelto. Portanto, são TRÊS alterações a serem efetuadas obrigatoriamente. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 8 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão solicitava que o candidato marcasse a alternativa que continha o NÚCLEO do sujeito e não todo ele. Sendo assim, temos a palavra ANÁLISES como núcleo e Dos ossos, da perna e de Scotty como adjuntos adnominais. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 9 - MANTIDA alternativa 'B'. Trata-se de predicado nominal iniciado por um verbo de ligação, a forma verbal "é". Diante do exposto, indefere-se o recurso.

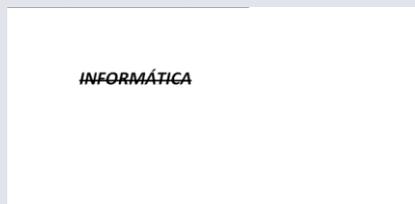
MATÉRIA: INFORMÁTICA

CARGO(S): TÉCNICO DE CONTABILIDADE, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SEDE – PORTO ALEGRE), ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SUBSEDE CENTRO-OESTE – SANTA MARIA), ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SUBSEDE SERRA – CAXIAS DO SUL), ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SUBSEDE SUL – PELOTAS)

QUESTÃO: 11 - MANTIDA alternativa 'A'. Deve-se responder às questões relativas à informática atentando-se para o texto extraído da prova em questão: "Para responder às questões 11 a 20, considere que todos os programas estão instalados em sua configuração padrão (default)...". Assim sendo, lê-se **configuração padrão a versão somente pode ser em Português**, caso contrário, iria requerer do candidato outro idioma que não a do nosso País. Diante do exposto, e não havendo ambiguidade na referida questão, mantenho o gabarito preliminar da Banca e indefiro o recurso.

QUESTÃO: 13 - MANTIDA alternativa 'C'. A assertiva III diz: "II. **Não** é possível atribuir os efeitos Negrito, Itálico e Tachado na mesma palavra". Essa afirmação é Falsa, porque é possível sim. Conforme a Figura 1.

Legenda: Figura 1



QUESTÃO: 15 - MANTIDA alternativa 'D'. De acordo com a prática e a ordem de execução dos operadores matemáticos, primeiro se divide e somente depois se soma. Caso, o candidato(a) faça conforme consta a referida questão, a alternativa correta é a D.

QUESTÃO: 17 - MANTIDA alternativa 'A'. De acordo com a prática usual, NÃO é obrigatório o preenchimento do Campo Para, de acordo com a prática usual, podendo o usuário preencher pelo menos um dos três campos, e nenhum deles é obrigatório, o que acontece é que na prática a maioria dos usuários utilizam o campo Para, porém, segundo o conhecimento do programa e em consonância da Ajuda do programa, a alternativa correta é A.

QUESTÃO: 18 - MANTIDA alternativa 'B'. Conforme mostra a referida questão o intervalo de células B2 até E2 são: 6,9,1 e 12, primeiro se deve somar todos esses números e somente depois se divide por 4, a resposta correta é a B, isso de acordo com a prática usual.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO

CARGO(S): TÉCNICO DE CONTABILIDADE, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SEDE – PORTO ALEGRE), ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SUBSEDE CENTRO-OESTE – SANTA MARIA), ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SUBSEDE SERRA – CAXIAS DO SUL), ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SUBSEDE SUL – PELOTAS)

QUESTÃO: 23 - MANTIDA alternativa 'C'. Segundo o Decreto-Lei nº 79.822/1977, em seu artigo 6º, Compete ao Conselho Federal: "I - eleger sua Diretoria; III - aprovar os Regimentos dos Conselhos Regionais; XX - aprovar proposta orçamentária dos Conselhos Regionais;" Todas as assertivas são verdadeiras (SEÇÃO II - Do Conselho Federal - Art. 6º). REFERÊNCIA DO EDITAL: "Decreto Lei nº 79.822/1977 – Regulamenta a Lei nº 5.766/71, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D79822.htm"

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SEDE – PORTO ALEGRE), ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SUBSEDE CENTRO-OESTE – SANTA MARIA), ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SUBSEDE SERRA – CAXIAS DO SUL), ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SUBSEDE SUL – PELOTAS)

QUESTÃO: 35 - MANTIDA alternativa 'A'. Conforme Labome (2012), ruído de comunicação derivado de percepção seletiva ocorre quando o receptor assimila a mensagem se baseando em aspectos pessoais ou emocionais, como crenças, valores e etc. No entanto, ruído de comunicação baseado na filtragem ocorre quando o transmissor omite informações ao receptor(es) para evitar conflitos, de maneira que a mensagem não é transmitida na integralidade. Portanto, é mantida a alternativa A como gabarito.

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'B'. A Lei que regula o processo administrativo no âmbito federal esclarece é obrigatória a divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição. Portanto, é mantida a alternativa B.

QUESTÃO: 44 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão é muito clara ao solicitar os princípios explícitos na Constituição Federal (CF), os quais são legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Finalidade pública é um princípio implícito, que deriva do princípio expresso na CF, impessoalidade. Entretanto, de nenhuma forma, pode-se dizer que o princípio da finalidade pública é o mesmo que impessoalidade, pois um tem origem no outro. Assim sendo, como pode ser observado, não é um princípio explícito na CF. Portanto está incorreta, sendo a letra B o gabarito da questão.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'D'. Conforme o Art. 20 da lei nº 8.429/1992, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória. Portanto, correta a alternativa D.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): ADMINISTRADOR, ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, CONTADOR, PSICÓLOGO FISCAL (SEDE – PORTO ALEGRE), PSICÓLOGO FISCAL (SUBSEDE CENTRO-OESTE – SANTA MARIA), PSICÓLOGO FISCAL (SUBSEDE SERRA – CAXIAS DO SUL), PSICÓLOGO FISCAL (SUBSEDE SUL – PELOTAS), RELAÇÕES PÚBLICAS

QUESTÃO: 1 - MANTIDA alternativa 'B'. I – Incorreta – linhas 14-15: “A questão central, no meu entendimento, não é usar ou não usar tecnologias digitais, mas sim como e para que ensinar”. Portanto, o texto não discute as conquistas do professor, mas, sim, debate questões acerca da motivação de alunos. II – correta – mesmo trecho. Percebe-se que, na opinião da autora, o debate acerca do uso da tecnologia é secundário. III – incorreta – linhas 10-13: “Colocar a tecnologia como principal e única protagonista frente aos desafios enfrentados pelas escolas nos dias de hoje para educar esta geração pós-Internet me parece um equívoco, assim como refugar todos estes recursos e ignorar que estamos trabalhando com uma geração de nativos digitais”. Percebe-se, assim, que o uso da tecnologia, apesar de debatido nas escolas, não é, para autora, o principal motivo de distração dos alunos, que são nativos digitais. Para ela, não se pode refugar tais recursos, mas deve-se aprender a usá-los como fonte de motivação. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 3 - MANTIDA alternativa 'C'. Observam-se as seguintes ocorrências: Primeira ocorrência: Preposição regida pelo substantivo acesso + artigo definido feminino plural. Segunda ocorrência: Preposição regida pelo verbo “permitir” + artigo definido feminino plural. Terceira ocorrência: o verbo acessar não é complementado por preposição. É transitivo direto. Quarta ocorrência: preposição regida pela expressão “fechar os olhos” + artigo definido feminino plural. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 5 - MANTIDA alternativa 'C'. Na questão, temos as seguintes proposições: 1. Na linha 15, temos o sintagma “para que ensinar”. A preposição colocada anteposta à palavra “que” é regida pela forma verbal “ensinar”. A assertiva está correta, visto que, uma das regências possíveis desta forma verbal é ensinar ALGO PARA alguma finalidade. A assertiva, portanto, está correta. 2. Ainda na linha 15, a palavra “que” poderia ser substituída pela expressão “qual finalidade” sem prejuízo da ideia central do texto. Como expresso anteriormente, a regência empregada no texto indica para qual finalidade. Sendo assim, a assertiva está correta. 3. A palavra “que”, na expressão destacada nas assertivas anteriores, pode ser classificada como conjunção integrante desempenhando a função de pronome adjetivo. A assertiva está incorreta, posto que se trata de pronome relativo. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 6 - MANTIDA alternativa 'D'. As orações que compõem o período são:

- Eleito melhor professor do mundo pelo prêmio Global Education and Skills Forum,
- o queniano Peter Tabichi leciona na Escola Secundária Keriko Mixed Day, em Pwani Village, no Vale do Rift, uma escola rural de um bairro extremamente carente
- que conta com apenas um computador com conexão
- que nem sempre funciona.

Portanto, o período é formado por QUATRO orações. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 7 - MANTIDA alternativa 'A'. Na alternativa B, tem-se pronome relativo introduzindo uma oração subordinada adjetiva. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 8 - MANTIDA alternativa 'E'. Assertiva I – Correta: a relação de sinonímia é atestada pelo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. A falta de grifo não impede, de maneira nenhuma, a interpretação do trecho, uma vez que cumpre ao candidato depreender do trecho o significado correto da expressão, conforme consta em edital. Assertiva II – incorreta. Trata-se de substantivo feminino, formado por derivação sufixal. Assertiva III – A palavra é paroxítona. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 9 - MANTIDA alternativa 'C'. Nas linhas 10-13, tem-se o seguinte trecho: Colocar a tecnologia como principal e única protagonista frente aos desafios enfrentados pelas escolas nos dias de hoje para educar esta geração pós-Internet me parece um equívoco, assim como refugar todos estes recursos e ignorar que estamos trabalhando com uma geração de nativos digitais. Percebe-se, portanto, que o autor inclui, adiciona mais um assunto que considera um equívoco, sendo, portanto, uma locução que adquire sentido aditivo por seu sentido no texto. A locução "mas também", apesar de seu sentido aditivo, alteraria a mensagem original do texto. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

MATÉRIA: INFORMÁTICA

CARGO(S): ADMINISTRADOR, ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, CONTADOR, PSICÓLOGO FISCAL (SEDE – PORTO ALEGRE), PSICÓLOGO FISCAL (SUBSEDE CENTRO-OESTE – SANTA MARIA), PSICÓLOGO FISCAL (SUBSEDE SERRA – CAXIAS DO SUL), PSICÓLOGO FISCAL (SUBSEDE SUL – PELOTAS), RELAÇÕES PÚBLICAS

QUESTÃO: 11 - MANTIDA alternativa 'E'. Segundo a ordem de execução dos operadores exibidos na prova em questão e em perfeita consonância com a prática usual, **deve antes de somar dividir**, caso, o candidato(a) faça exatamente como mostra a questão, a alternativa correta é a E, qualquer dúvida razoável, basta reproduzir o que está referido na questão.

QUESTÃO: 17 - MANTIDA alternativa 'A'. Conforme mostra o texto abaixo, extraído da prova em questão, diz: "*Para responder às questões 11 a 20, considere que todos os programas estão instalados em sua configuração padrão (default)...*" Assim sendo, NÃO há duas respostas corretas, até porque somente vale o nome idioma utilizado no nosso País, ou seja, a língua Portuguesa, e não outro idioma, também devo informar que, se um programa está instalado em sua configuração padrão, não pode ser outro idioma que não o nosso. Diante do exposto, não há motivo relevante e contundente para alterar ou anular a referida questão.

QUESTÃO: 18 - ANULADA. A combinação de teclas CTRL+A abre uma aba que permite abrir um arquivo em documentos do programa Microsoft Word 2013. Dessa forma, como um documento do Word é uma das possibilidades que se enquadram na situação apontada pelo gabarito preliminar e que pode estar presente no sistema operacional Microsoft Windows 10, a Banca opta pela anulação.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO

CARGO(S): ADMINISTRADOR, ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, CONTADOR, PSICÓLOGO FISCAL (SEDE – PORTO ALEGRE), PSICÓLOGO FISCAL (SUBSEDE CENTRO-OESTE – SANTA MARIA), PSICÓLOGO FISCAL (SUBSEDE SERRA – CAXIAS DO SUL), PSICÓLOGO FISCAL (SUBSEDE SUL – PELOTAS), RELAÇÕES PÚBLICAS

QUESTÃO: 21 - ANULADA. A questão solicita a Lei nº 4.119/1962: "Segundo a lei nº 4.119/1962...". Segundo a Lei nº 4.119/1962(: A primeira assertiva é verdadeira (CAPÍTULO II - Da vida escolar - Art. 5º). A segunda assertiva é falsa. (CAPÍTULO III - Dos direitos conferidos aos diplomados - Art.13 - § 2º- É da competência do Psicólogo a colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências. A terceira assertiva é verdadeira (CAPÍTULO V - Da revalidação de diplomas - Art.17). Contudo, a referida Lei não reflete a realidade, em que se verifica não ser exigência para ingressar em cursos de graduação ser maior de 18 anos, sendo necessário apenas a conclusão do Ensino Médio. A Lei também está em desacordo com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Dessa forma, a Banca opta pela anulação da questão.

QUESTÃO: 23 - MANTIDA alternativa 'C'. Segundo o Decreto-Lei nº 79.822/1977, Todas as assertivas são verdadeiras (SEÇÃO II - Do Conselho Federal - Art. 6º). Art. 6º Compete ao Conselho Federal: IX - funcionar como órgão consultivo em matéria de psicologia; XII - expedir resoluções e instruções necessárias ao bom funcionamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais; XXIV - promover a intervenção nos Conselhos Regionais na hipótese de insolvência. Referência do Edital: “Decreto Lei nº 79.822/1977 – Regulamenta a Lei nº 5.766/71, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D79822.htm”

QUESTÃO: 24 - MANTIDA alternativa 'D'. Segundo o Decreto-Lei nº 79.822/1977, A única assertiva falsa é "6º Compete ao Conselho Federal: XVI - homologar inscrição dos Psicólogos"(SEÇÃO II - Do Conselho Federal - Art. 6º) . Isto é, NÃO compete ao Conselho REGIONAL. Referência do Edital: “Decreto Lei nº 79.822/1977 – Regulamenta a Lei nº 5.766/71, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D79822.htm”

QUESTÃO: 25 - ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'D' PARA ALTERNATIVA 'E'. Alteração de Gabarito: “Os membros do Conselho Regional serão eleitos pela Assembleia Geral do Conselho Regional, que se reunirá ordinariamente no período entre 45 (quarenta e cinco) e 30 (trinta) dias de antecedência, em relação à data da realização da eleição”. (Art. 32 do Decreto-Lei nº 79.822/1977)

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'A'. A questão é fiel à versão consolidada da Resolução Administrativa/Financeira Nº 10, de 1 de junho de 2007, ou seja, a versão contém todas as revogações e alterações feitas por resoluções posteriores, conforme a seguir: “7.2 Na fixação da despesa devem ser considerados os seguintes aspectos: **Utilidade** - os gastos devem ser previstos de forma a atender às finalidades do Conselho, evitando-se despesas improdutivas. **Possibilidade Contributiva** - todo gasto tem que ser suportado pela arrecadação, considerando o número de contribuintes ATIVOS, pessoas físicas e jurídicas registradas. **Discussão do Orçamento** - o documento deve ser analisado e aprovado pelo Plenário do Conselho, de forma a possibilitar a reflexão sobre a aplicação dos recursos arrecadados. **Legitimidade** - toda despesa deve ser fixada objetivando o melhor atendimento das necessidades do Conselho e com o enquadramento perfeito e explícito do dispêndio”. De tal maneira, o único aspecto a ser considerado que não consta na resolução é o potencial de retorno, fazendo dessa a alternativa correta.

QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'E'. No art. 2º da Resolução CFP 015/2012 consta: “Art. 2º. São princípios fundamentais do processo eleitoral, regulamentado por este Regimento, que nortearão o trabalho dos gestores e a participação dos candidatos inscritos: I – A publicidade, promovendo ampla divulgação das etapas do processo, para orientar a participação dos profissionais inscritos; II – A transparência, permitindo acesso dos interessados às informações relativas ao processo, sempre que solicitado; III – A equidade de tratamento, garantindo que todas as partes concorrentes tenham a mesma oportunidade de acesso, tanto aos recursos materiais quanto aos serviços da instituição que serão oferecidos de acordo com este Regimento, bem como na aplicação de suas normas; IV – A liberdade de expressão, respeitando a livre manifestação das partes na publicidade de suas propostas; V – O respeito pelas diferenças ideológicas, recusando prejulgamento e ações discriminatórias, deixando a avaliação a cargo dos eleitores; VI – A organização e competência, garantindo estrutura e serviços administrativos adequados para o cumprimento das normas contidas neste Regimento e para facilitar o exercício pleno do direito político de candidatos e eleitores.”

O único princípio fundamental apresentado na questão que não consta na resolução é a objetividade, fazendo dessa a alternativa correta.

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'A'. A partir do Decreto-Lei nº 79.822/1977, o qual Regulamenta a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, em seu artigo 34º: O exercício do mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficarão subordinados ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas: I - cidadania brasileira; II - inscrição principal na jurisdição do Conselho Regional respectivo há mais de 2 (dois) anos; III - pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos; IV - inexistência de condenação a pena superior a 2 (dois) anos, em virtude de sentença transitada em julgado; V - inexistência de penalidade por infração ao Código de Ética. A única condição que não está descrita na resposta é a alternativa do gabarito: *inscrição principal na jurisdição do Conselho Regional respectivo há mais de 5 (cinco) anos*, fazendo dessa alternativa, a alternativa correta.

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): ADMINISTRADOR

QUESTÃO: 34 - MANTIDA alternativa 'D'. A alternativa D apresenta uma característica afeita ao conceito de gestão de projetos, conforme Paludo (2015). As demais alternativas estão de acordo com os conceitos atrelados ao gerenciamento de processos.

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'E'. O MRP, segundo Araújo (2012), é um sistema computadorizado de controle de inventário e produção criado com a intenção de otimizar a gestão do estoque e reduzir custos. Entretanto, ele não tem ligação com o Just in Time e, tampouco, foi criado baseado nas premissas desta filosofia, já que parte de princípios mais próximos da produção empurrada. As demais alternativas estão de acordo com os conceitos ligados ao sistema Just in Time. Portanto, é mantida a alternativa E como gabarito da questão.

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'A'. Conforme Paludo (2015), eficiência é mesmo que fazer bens as coisas, eficácia é fazer a coisa certa. Indicador de Eficiência mede, portanto, o quanto se obteve de resultados baseado nos insumos empregados.

QUESTÃO: 47 - MANTIDA alternativa 'C'. Conforme Carvalho (2010), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte; orienta a elaboração do Orçamento; dispõe sobre alteração na legislação tributária; estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento. Portanto, correta a alternativa C.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'D'. Conforme a Lei nº 8.666/1993, Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes no edital. A alternativa B trata de modalidades de licitação, e o que não é sinônimo de tipo de licitação, logo está incorreta. Portanto, correta a alternativa D.

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'C'. A alternativa C apresenta um caso de possibilidade de inexibilidade de licitação, desde que atendidos os critérios previstos na Lei nº 8.666/1993. As demais alternativas apresentam casos de dispensa de licitação contidas no artigo 24 da lei nº 8.666/1993. Portanto, é mantida a alternativa C como gabarito da questão.

CARGO(S): ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

QUESTÃO: 39 - ANULADA. Questão anulada, não há gabarito correspondente, visto que as assertivas falsas são a primeira, a segunda e a última assertivas, de acordo com a seguinte bibliografia: LAGE, Nilson. A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 73-74 / p. 79-83.

CARGO(S): CONTADOR

QUESTÃO: 31 - MANTIDA alternativa 'D'. A única alternativa correta na questão é a da letra D. A qual traz características identificadoras da Sociedade de Economia Mista, consoante inciso III do artigo 5º do Decreto-Lei 200/67 ("III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta"). As S/As e Sociedade por Ação são a mesma coisa, consoante a sua Lei Mor – Lei 6.404/1976, que em seu preâmbulo diz: "Dispõe sobre as **Sociedades por Ações**"; e no seu primeiro artigo define: "Art. 1º A companhia ou **sociedade anônima** terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas."

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'A'. A Lei 8.666/1993 instituiu e o Dec. 9.312/2018 atualizou uma tabela de faixas de valores para efeito de dispensa e de aplicação das modalidades de licitação Convite, Tomada de Preços e Concorrência. No caso da questão, a faixa de limites é de R\$ 330.000,00 para a modalidade Convite.

Modalidade da Licitação	Antes do dia 19/07/2018 Valor R\$	Atualização Decreto nº 9.412/18 Valor R\$
Obras / Serviços de Engenharia		
Convite	Até 150.000,00	Até 330.000,00
Tomada de Preços	Até 1.500.000,00	Até 3.300.000,00
Concorrência	Mais de 1.500.000,00	Mais de 3.300.000,00
Compras e Outros Serviços		
Convite	Até 80.000,00	Até 176.000,00
Tomada de Preços	Até 650.000,00	Até 1.430.000,00
Concorrência	Mais de 650.000,00	Mais de 1.430.000,00
Dispensa de Licitação		
Compras e Serviços	Até 8.000,00	Até 17.600,00
Obras/Serviços de Engenharia	Até 15.000,00	Até 33.000,00

QUESTÃO: 34 - MANTIDA alternativa 'D'. Nos termos da Lei 8.666, de 23 de junho de 1993, aqueles que descumprirem as regras licitatórias sofrerão sanções que a própria lei prescreve. Entre as alternativas da questão, a única que não consta da referida lei é a da letra D (Impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 8 (oito) anos). A lei prevê a possibilidade de impedimento por 2 (dois) anos.

QUESTÃO: 35 - MANTIDA alternativa 'B'. O índice de liquidez imediata resulta da divisão do Disponível pelo Passivo Circulante. Logo:

$$LI = \frac{1.500,00}{6.000,00} = 0,25$$

$$6.000,00$$

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'A'. Os conceitos de função e funcionamento, contidos nas duas últimas afirmativas estão invertidos. Por outro lado, é verdade que as contas patrimoniais refletem a posição estática do patrimônio, enquanto as contas de resultado refletem a dinâmica patrimonial. [SANTOS, José Luiz dos (et. Al.). Contabilidade Geral 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas. 2014.]

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'E'. Apenas as afirmativas contidas nos itens I e III estão corretas, conforme lei das sociedades por ações e ensinamentos de CHAGAS* a respeito da demonstração do fluxo de caixa *(CHAGAS, Gilson. Contabilidade Intermediária Simplificada. São Paulo: Saraiva. 2014). Nos dois tipos, as atividades são classificadas em operacionais, investimentos e financiamento.

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'C'. De acordo com o artigo 34, combinado com o 35, da Lei 4.320/1964, o exercício financeiro coincide com o ano civil, a ele pertencendo as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas. Logo, as receitas registram-se no sistema orçamentário pelo regime de caixa e as despesas, pelo de competência.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'E'. As seis características qualitativas da informação contábil, de acordo com a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público (MCASP), são: Verificabilidade, Comparabilidade, Relevância, Representação Fidedigna e Tempestividade. No caso da questão, trata-se claramente da Tempestividade, conforme os termos contidos no referido Manual. Consta no item 6 do MCASP - 8ª edição: *“6. CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS. 6.1. INTRODUÇÃO O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. São elas: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade. As restrições inerentes à informação são a materialidade, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas. Cada uma das características qualitativas é integrada e funciona em conjunto com as outras. Entretanto, na prática, talvez não seja possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário. 6.2. CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL (...)*

6.2.4. Tempestividade. Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil. Ter informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (accountability) e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios. A ausência de tempestividade pode tornar a informação menos útil.

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'E'. São ingressos extraorçamentários as cauções em dinheiro, os empréstimos por antecipação da receita orçamentária e outras entradas compensatórias. Ou seja, valores que permanecem temporariamente com o ente público. Não constam na lei do orçamento, é verdade. Todavia, nem todo ingresso que não consta da lei orçamentária é ingresso extraorçamentário. A Lei 4.320/1964 é clara quanto a isso ao definir o que é receita orçamentária (Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei, serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento). É do conhecimento geral dos que estudam a matéria, especialmente bacharéis em ciências contábeis, que os ingressos financeiros no erário são classificados em ingressos **extraorçamentários** ou **orçamentários** (receita orçamentária). Ou seja, mesmo que que não conste na Lei do Orçamento Anual (LOA) e uma vez que não se trate de entradas compensatórias (ingressos extraorçamentários), todos os ingressos são classificados como receita orçamentária. É o que diz a Lei 4.320/1964, cujo artigo 57 foi transcrito acima. Então, a única alternativa correta é a da letra E.

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'C'. O empenho consiste em mera reserva de dotação orçamentária, não constituindo de pronto em obrigação a pagar. (MCASP – 8ª edição)

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'B'. A despesa efetuada pelo regime de adiantamento é empenhada e liquidada no momento da entrega do valor ao servidor e, portanto, contabilizada no sistema orçamentário. No entanto, no sistema patrimonial ela somente é contabilizada no como variação patrimonial diminutiva quando da prestação de contas. (MCASP – 8ª edição)

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'A'. De acordo com o inciso III do Artigo 41 e artigo 43 da Lei 4.320/1964, que tratam dos Créditos Adicionais Extraordinários. “Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública”.

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão se baseia no que prevê a Constituição federal de 1988: “Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”.

QUESTÃO: 50 - MANTIDA alternativa 'D'. A questão trata do que os autores consideram como o mais moderno princípio a que deve se submeter o ciclo orçamentário no estado democrático de direito. Trata-se do Princípio da Transparência, descrito como tal no inciso 2.8 do Manual de Contabilidade do Setor Público – 8ª edição.

CARGO(S): PSICÓLOGO FISCAL (SEDE – PORTO ALEGRE), PSICÓLOGO FISCAL (SUBSEDE CENTRO-OESTE – SANTA MARIA), PSICÓLOGO FISCAL (SUBSEDE SERRA – CAXIAS DO SUL), PSICÓLOGO FISCAL (SUBSEDE SUL – PELOTAS)

QUESTÃO: 31 - MANTIDA alternativa 'E'. O fato de não estar presente palavra "necessariamente" não torna a assertiva incorreta.

QUESTÃO: 33 - ANULADA. Por não explicitar que se trata de um adolescente que cometeu ato infracional, a questão gera ambiguidade nas respostas, portanto deve ser anulada.

QUESTÃO: 34 - ANULADA. Nota de esclarecimento ABEP: “O Ministério Público Federal de Minas Gerais, por meio Ação Civil Pública nº 5994-36.2013.4.01.3800, em trâmite na 20ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, afirma que o Conselho Federal de Psicologia não pode exigir o credenciamento de cursos, uma vez que a competência para credenciar instituições de ensino superior e regulamentar cursos de pós-graduação lato sensu é exclusiva do MEC. O juízo da 20ª Vara Federal da seção judiciária de Minas Gerais entendeu por bem deferir a antecipação de tutela no sentido de determinar ao Conselho Federal de Psicologia que registre os certificados de especialização lato sensu emitidos por instituições de ensino credenciadas pelo Ministério da Educação, bem como se abstenha de exigir credenciamento dessas instituições de ensino. O Conselho Federal de Psicologia interpôs recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª região a fim de obter efeito suspensivo da liminar proferida, entretanto o pedido foi indeferido. O CFP ainda será citado na referida ação para apresentar a contestação. Informamos, então, que os Conselhos Regionais de Psicologia deverão conceder o título de especialista em relação aos certificados emitidos por instituições de ensino credenciadas pelo Ministério da Educação, em observância as normas estipuladas por este Ministério (cursos de 360 horas/aula). Vale esclarecer ainda que a decisão judicial determina a concessão do título de especialista relacionado aos certificados de conclusão de cursos de especialização das Instituições de Ensino Superior já credenciadas pelo MEC. No que se refere ao disposto no art. 2º, § 1º e art. 8º inciso II da Resolução CFP nº 013/07, ou seja, no que tange ao credenciamento das pessoas jurídicas ministrantes de cursos de especialização profissional que não sejam instituições de ensino, os requisitos para o credenciamento/concessão do título de especialista permanecem inalterados. Ademais, o Conselho Federal de Psicologia orienta que no formulário de requerimento da concessão de título de especialista dos pedidos relacionados à conclusão de cursos de especialização lato sensu credenciados pelo MEC conste a seguinte nota orientadora: “O Conselho Regional de Psicologia da ___ região poderá conceder o título de especialista em cumprimento à determinação judicial proferida na ação civil pública nº 5994-36.2013.4.01.3800 (20ª Vara Federal da seção judiciária de Minas Gerais), ficando o requerente ciente que por se tratar de decisão judicial interlocutória a concessão poderá ser revogada a qualquer momento.” Atenciosamente, Carolina Barbosa. Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP”. Com base no texto exposto acima e no uso de duas resoluções para compor a questão, as assertivas poderiam resultar em uma compreensão ambígua da questão IV, tratada como verdadeira. Sendo assim, a única assertiva que claramente está correta é a III.

QUESTÃO: 36 - ANULADA. A pergunta questiona quais assertivas estão corretas com base na Resolução CFP nº 11/2018. Sendo assim: Na assertiva I, segundo Art. 2º, IV, não há especificidade de que a supervisão on-line precise ocorrer em caráter complementar à formação e supervisão presencial, pelo contrário, ela pode ocorrer nos mais diversos contextos. Sendo assim, a afirmativa está correta. Na assertiva II, segundo Art. 2º, I, não há especificidade da quantidade de sessões. O caráter de quantidade de sessões estava presente na resolução anterior (CFP N.º 11/2012) que foi revogada a partir da publicação desta, que no Capítulo I, Art. 1o, I trata sobre o assunto. Sendo assim, a alternativa está correta. Na assertiva III, não há na resolução contraindicação ou proibição quanto a possibilidade de que o atendimento ocorra exclusivamente através de mensagem de texto. De acordo com o Art. 2º, § 2º, o psicólogo deve especificar o tipo de recurso tecnológico a ser utilizado e isto está condicionado, segundo Art. 3º, § 1º, a um cadastro e autorização do Conselho Regional de Psicologia, considerando, dentre outros, se o serviço é adequado. Cabe, portanto, ao CRP definir se pode ou não utilizar exclusivamente mensagem de texto em cada caso. Poderíamos pensar no atendimento de um paciente mudo ou que momentaneamente perdeu a voz e que, atendido por meios de tecnologias, utilizaria a mensagem de texto como ferramenta. Sendo assim, a alternativa é FALSA.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'A'. A pergunta questiona quais assertivas estão corretas com base na Resolução CFP nº 11/2018. Sendo assim: Na assertiva I, de acordo com o Art. 3º, a afirmativa está correta. Na assertiva II, de acordo com o Art. 7º, o atendimento de pessoas e grupos em situação de emergência e desastres pelos meios de tecnologia e informação previstos nesta Resolução é vedado, portanto esta afirmativa é FALSA. Na assertiva III, de acordo com o Art. 5º, não há necessidade de atendimento anterior presencial, portanto esta afirmativa é FALSA.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'C'. A pergunta questiona quais assertivas estão corretas com base na Resolução CFP Nº 006/2007. Sendo assim: Na assertiva I, de acordo com o TÍTULO IV, CAPÍTULO I, Art. 19, a afirmativa está correta. Na assertiva II, de acordo com TÍTULO IV, CAPÍTULO I, Art. 19, Parágrafo Único, a falta de prova documental sobre o fato e/ou a indicação de meios de como pretende provar estes fatos não é uma obrigatoriedade, conforme expressa o emprego do verbo "DEVER". Sendo assim, a afirmativa é FALSA. Na assertiva III, de acordo com o TÍTULO IV, CAPÍTULO I, Art. 21, a afirmativa está correta.

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'D'. No edital do concurso onde se lê "Psicologia Geral" são definidas outras áreas de conhecimento além das legislações da profissão, dentre elas a história da psicologia, segundo item do texto. Ao escolher este assunto para elaborar a questão optei por utilizar esta referência por considerar que é um livro completo e adequado. Além disso, na disciplina de História da Psicologia o tema é bastante debatido e não há dúvida que, independente do autor que tratar do assunto, a resposta se manterá a mesma.

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'A'. A pergunta questiona quais assertivas estão corretas com base na Resolução CFP nº 001/2009. Sendo assim: Na assertiva I, de acordo com o CAPÍTULO I, Art. 2º, III, a afirmativa está correta. Na assertiva II, de acordo com o CAPÍTULO I, Art. 2º, V, documentos resultantes da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica deverão ser arquivados em pasta de acesso exclusivo do psicólogo e não mantidos junto ao prontuário. A parte da assertiva que afirma que os documentos devem ser guardados por, pelo menos cinco anos, está correta, porém, como qualquer documento que seja resultado de algum instrumento de avaliação psicológica, este não pode ser anexado junto ao prontuário, pois ficaria disponível a qualquer outra pessoa que tenha acesso a este prontuário, o que não é permitido. Este tipo de informação é sigilosa e deve ser mantida em local de acesso restrito ao psicólogo que realizou a avaliação. Sendo assim, esta afirmativa é FALSA. Na alternativa III, de acordo com o Art. 4º, a guarda do registro documental é de responsabilidade do psicólogo e/ou da instituição onde, porém, em caso de demissão os documentos não devem ser encaminhados para o Conselho Regional de Psicologia, mas sim mantidos em local que garanta sigilo e privacidade, ficando à disposição do Conselho com a finalidade de servir como meio de prova idônea para instruir processos disciplinares e à defesa legal. Sendo assim, esta alternativa é FALSA. A resolução torna obrigatório o registro documental da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS, estabelecendo que os DOCUMENTOS RESULTANTES DA APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA sejam arquivados e não fiquem disponíveis no prontuário.

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'E'. A pergunta questiona quais assertivas estão corretas com base na Resolução CFP nº 06/2019. Sendo assim: Na assertiva I, de acordo com o Capítulo II, SEÇÃO III, Art. 9º, a informação está correta. Na assertiva II, de acordo com o Capítulo II, SEÇÃO III, Art. 10º, a informação está correta. Na assertiva III, de acordo com o Capítulo II, SEÇÃO III, Art. 12º, a informação está correta.

QUESTÃO: 44 - MANTIDA alternativa 'E'. A pergunta questiona quais assertivas estão corretas com base nos princípios e diretrizes da Lei nº 8.080/1990. Sendo assim: Na assertiva I, de acordo com o Capítulo II, Art. 7º, I, a informação está correta. Na assertiva II, de acordo com o Capítulo II, Art. 7º, V, a informação está correta. Na assertiva III, de acordo com o Capítulo II, Art. 7º, XII, a informação está correta.

QUESTÃO: 45 - ANULADA. A questão solicita qual alternativa não se encontra disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sendo assim, de acordo com a Lei 8.069/1990: Alternativa A está de acordo com o exposto no Título I, Art. 2º, Parágrafo único. A informação está correta. A alternativa B está de acordo com o exposto no Título I, Art. 4º. É dever da família, assim como da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar, com absoluta prioridade, os direitos descritos. Sendo assim, a alternativa está CORRETA. A alternativa C está de acordo com o exposto no Título II, Capítulo I e Art. 7º. A informação está correta. A alternativa D está de acordo com o exposto no Título I, Art. 4º, Parágrafo único. A informação está correta. A alternativa E está de acordo com o exposto no Título II, Capítulo I, § 1º. A informação está correta. Sendo assim, como todas as alternativas estão corretas, anula-se a questão.

QUESTÃO: 47 - MANTIDA alternativa 'A'. A pergunta questiona quais assertivas sobre as atribuições das Comissões de Orientação e Fiscalização dos CRPs, segundo Resolução CFP N.º 010/2017. Sendo assim: Na assertiva I, de acordo com o Capítulo II, Art. 9º, VIII, a informação está correta. Na assertiva II, a atribuição citada compete à Secretaria de Orientação e Ética do CFP (Capítulo I, Art. 6º, XIII). Sendo assim, a informação é incorreta. Na assertiva III, de acordo com Capítulo II, Art. 9º, VI, não é necessário consentimento do Conselho Federal de Psicologia para desempenhar tais tarefas. Sendo assim, a informação é incorreta.

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'D'. A questão trata sobre as Políticas Públicas de Direitos Humanos e busca quais assertivas estão corretas a respeito deste assunto, sendo assim: Na assertiva I, de acordo com a MP nº 870/219 que foi convertida na Lei Nº 13.844/2019, Capítulo II, Art. 19, XII e XIV, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Ministério da Saúde são ministérios distintos, sendo que a SNPM está vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Seção XIII, Art. 44, I). Sendo assim, a alternativa está INCORRETA. Na assertiva II, de acordo com a Portaria nº 202/2018, a afirmação está correta. Na assertiva III, de acordo com a Lei nº 8.160, Art. 1º, a afirmação está correta.

QUESTÃO: 50 - MANTIDA alternativa 'D'. A pergunta questiona quais assertivas estão corretas com base na Resolução CFP nº 008/2010. Sendo assim: Na assertiva I, de acordo com o Capítulo I, Art. 1º, a informação está correta. Na assertiva II, conforme Capítulo I, Art. 2º, o psicólogo assistente técnico não deve estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito e vice-versa, para que não haja interferência na dinâmica e qualidade do serviço realizado. Sendo assim, a alternativa é FALSA. Na assertiva III, conforme Capítulo I Art. 3, a informação está correta. Na assertiva IV, conforme Capítulo II, Art. 7, a informação está correta.

CARGO(S): RELAÇÕES PÚBLICAS

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'C'. O conceito mobile utilizado aplica-se de acordo com a bibliografia usada como referência para a elaboração da questão. Gabriel, Martha. Marketing na Era Digital: Conceitos, Plataformas e Estratégias. São Paulo: Novatec Editora, 2010. " *O objetivo deste capítulo é apresentar as tecnologias mobile disponíveis (...) A difusão mobile em todas as populações no mundo transforma os dispositivos móveis em uma das plataformas mais dominantes e promissoras (...) O ser humano é mobile por natureza.*"

QUESTÃO: 35 - MANTIDA alternativa 'D'. De acordo com a bibliografia que embasa a questão, o conceito de sinergia é um componente da eficiência organizacional. **Rego. Francisco Gaudêncio Torquato do. Comunicação empresarial/comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas. São Paulo: Summus, "Sinergia, resumidamente é obter um resultado superior à soma das partes envolvidas. Importante componente para obtenção da eficiência organizacional é sinergia. Usar elementos condicionantes de sinergia é condição também para o processo de comunicação".**

QUESTÃO: 44 - MANTIDA alternativa 'D'. Questão mantida. A troca de consoante não é um recurso de avaliação do candidato usado pela Fundatec, logo, não invalida a questão.

QUESTÃO: 47 - MANTIDA alternativa 'C'. A bibliografia que embasa a questão descreve o posicionamento da bandeira nacional ao meio, ou seja, central.



CRPRS

Conselho Regional de Psicologia
do Rio Grande do Sul



Anos
fazendo a
diferença na
Psicologia

**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SÉTIMA REGIÃO – CRP/RS
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**